

original, a abegoaria, os armazéns/armazéns de secagem de madeiras, a casa do boeiro e as cavalariças.

iii) Podem ser objeto de demolição:

Em circunstâncias excecionais, as estruturas/instalações sanitárias já obsoletas e outras construções manifestamente dissonantes, nas condições impostas pelo artigo 49.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

iv) Os imóveis integrantes do conjunto estão sujeitos ao regime de obras ou intervenções previstas no Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho.

#### Artigo 2.º

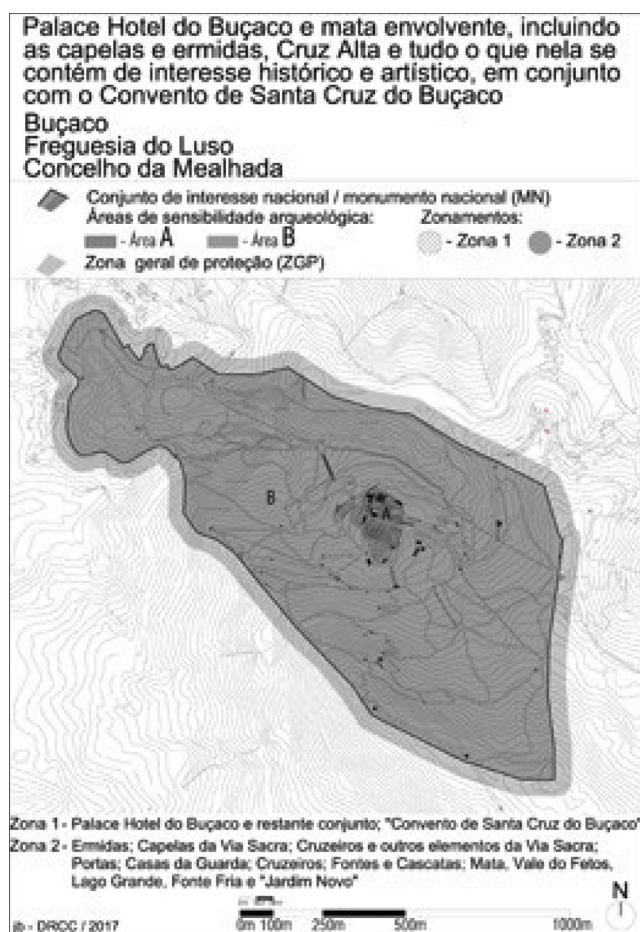
##### Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

15 de janeiro de 2018. — O Ministro da Cultura, *Luís Filipe Carrilho de Castro Mendes*.

#### ANEXO

(a que se refere o artigo 1.º)



311063517

#### Portaria n.º 45/2018

A Paisagem Cultural de Sistelo, no concelho de Arcos de Valdevez, foi classificada como monumento nacional pelo Decreto n.º 4/2018, de 15 de janeiro, que, tendo em vista a salvaguarda do sítio classificado, remete para portaria do Ministro da Cultura a fixação de restrições, mediante proposta da Direção-Geral do Património Cultural, em articulação com a direção regional de cultura territorialmente competente e com o correspondente município, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro.

Considerando que, no âmbito da instrução do procedimento de classificação, a Direção-Geral do Património Cultural, em articulação com a Direção Regional de Cultura do Norte e a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, procedeu ao estudo das restrições consideradas adequadas, que obtiveram parecer favorável do Conselho Nacional de Cultura e que foram sujeitas a audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo, importa agora proceder à fixação das referidas restrições.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 1.º Decreto n.º 4/2018, de 15 de janeiro, manda o Governo, pelo Ministro da Cultura, o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### Restrições

Nos termos do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, a Paisagem Cultural do Sistelo, classificada como monumento nacional pelo Decreto n.º 4/2018, de 15 de janeiro, e delimitada na planta anexa à presente portaria, da qual faz parte integrante, fica sujeita às seguintes restrições:

a) É criada uma área de sensibilidade arqueológica circundante à Igreja Paroquial de Sistelo, no lugar de Igreja, conforme planta anexa, onde devem ser realizadas sondagens arqueológicas de avaliação prévia nas ações com impacto no subsolo;

b) Devem ser preservados e conservados na íntegra a Igreja Paroquial de Sistelo, no lugar da Igreja, e a Capela de Padrão, no lugar de Padrão;

c) As edificações em alvenaria de pedra tradicional devem ser preservadas na íntegra, sendo admitidas alterações e ampliações, desde que seja mantida a volumetria, a morfologia e a tipologia predominantes na envolvente;

d) Nos casos em que seja permitida a ampliação, admite-se a execução de sistemas construtivos correntes com a devida integração a nível de materiais e cores que sejam homogêneos com a construção ou edificação preexistente;

e) Nos espigueiros, caso venham a ser objeto de obras de conservação e/ou restauro, devem ser repostos materiais semelhantes aos originais;

f) Os muros, socacos, caminhos, calçadas e vias de acesso devem ser conservados com as respetivas características dimensionais, construtivas e materiais, podendo ser intervenções desde que sejam respeitadas essas mesmas características;

g) As demais edificações podem ser objeto de obras de alteração, devendo ser dada continuidade às características arquitetónicas da construção original;

h) Devem ser respeitados os materiais construtivos predominantes, não sendo permitidos:

i) Painéis de chapa isotérmica, quer nas coberturas quer no revestimento de paramentos;

ii) Caixilharia, estores e portadas exteriores em PVC;

iii) Cerâmica no revestimento das fachadas;

iv) Coberturas de varandas e terraços em chapas metálicas ou fibra de vidro/cimento;

v) Placagem de pedra no revestimento de paramentos, muros e chaminés;

vi) Betuminoso ou granito azul, nos logradouros e na pavimentação de espaços exteriores;

i) Deve estabelecer-se uma imagem homogênea de elementos urbanos, nomeadamente abrigos de autocarro, bancos de jardim, iluminação pública, sinalética, papelarias;

j) Relativamente à edificabilidade no solo urbano, deve ser dada continuidade à moda da cêrcea predominante nas edificações envolventes, assim como no que respeita à volumetria, morfologia e tipologia das mesmas;

k) Na requalificação de edificações existentes destinadas ao apoio agrícola, deve prever-se o revestimento de coberturas em telha cerâmica, o revestimento de paramentos com reboco pintado ou a manutenção da pedra aparente;

l) No solo rural qualificado como espaço agrícola ou florestal, a edificabilidade é condicionada à reconstrução ou ampliação da edificação existente, devendo ser salvaguardadas as características do enquadramento paisagístico;

m) É interdita a instalação de unidades industriais, exceto atividades produtivas locais e de subsistência, bem como estufas;

n) É interdita a instalação de parques eólicos, mini-hídricas e antenas de telecomunicações;

o) Os edifícios ou partes dos edifícios identificados como dissonantes conforme planta constante do anexo podem ser demolidos;

p) Podem também ser demolidas edificações cujo estado de conservação seja determinado como mau, devendo, no caso de serem reconstruídas, ser mantida a volumetria, a morfologia e a tipologia predominante na envolvente;

q) Os bens imóveis que fazem parte integrante da paisagem ficam sujeitos ao regime de obras ou intervenções previsto no Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho;

r) São fixadas as seguintes regras sobre publicidade exterior:

i) Não são admitidas caixas luminosas com luz pelo interior, néon ou iluminação fluorescente;

